

**Proposta da Administração referente à
Assembleia Geral Ordinária (*Annual
General Meeting*) a ser realizada em 05
de junho de 2023**

PPLA PARTICIPATIONS LTD.

Índice:

Índice:.....	2
1 Introdução.....	3
2 Edital de Convocação.....	4
3 Item 2 do Formulário de Referência.....	6
4 Parecer dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022.	210
5 Destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31.12.2022, distribuição de dividendos e pagamento de juros sobre capital próprio – Anexo A da Resolução CVM n. 81/2022.....	25
7 Nomeação da empresa de auditoria independente.....	30
8 Eleição de Membros do Conselho de Administração – Itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência.....	31

1 Introdução

PPLA PARTICIPATIONS LTD.

Companhia Aberta

CNPJ/MF n.º 15.073.274/0001-88

Código CVM n.º 80152

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

A PPLA Participations Ltd. (“Companhia”, “PPLA” ou “PPLA Participations”), em cumprimento ao disposto na Resolução CVM n.º 81/2022, apresenta, conforme a seguir, a proposta da administração acerca da Assembleia Geral Ordinária (*Annual General Meeting*) a ser realizada no dia 05 de junho de 2023 na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, Brasil, na Praia de Botafogo, n.º 501, 6º andar, Torre Corcovado, às 11:00 horas de Brasília.

A Companhia informa ainda que o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e o Parecer dos Auditores Independentes encontram-se disponibilizados no sítio da CVM na Internet por meio do sistema IPE, juntamente com as Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP).

Ademais, referidos documentos encontram-se à disposição dos Acionistas, no endereço eletrônico da PPLA na Internet: ri.pplaparticipations.com.

Os acionistas da Companhia interessados em acessar as informações ou sanar dúvidas relativas à proposta acima deverão contatar a área de Relações com Investidores da Companhia, ou por meio do telefone (11) 3383-9697 ou pelo e-mail ol-juridico-societario@btgpactual.com.

Rio de Janeiro, 05 de maio de 2023.

A administração

PPLA PARTICIPATIONS LTD.

2 Edital de Convocação

PPLA PARTICIPATIONS LTD.

Companhia Aberta

CNPJ/MF n.º 15.073.274/0001-88

Código CVM nº 80152

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam os investidores convocados para a Assembleia Geral Ordinária (“Assembleia”) da PPLA Participations Ltd., uma companhia devidamente constituída de acordo com as leis de Bermuda (“Companhia”) a ser realizada na Praia de Botafogo, nº 501, 6º andar, Torre Corcovado, CEP: 22.250-040, Brasil, em 05 de junho de 2023, às 11:00 horas, com o propósito de deliberar as matérias listadas a seguir:

- I. Deliberar sobre as demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, bem como o relatório dos auditores independentes;
- II. Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, de acordo com o estatuto social da Companhia;
- III. Deliberar sobre a nomeação de um auditor independente para a Companhia, com mandato a partir da conclusão da Assembleia Geral Ordinária até a conclusão da próxima Assembleia Geral Ordinária na qual as demonstrações financeiras da Companhia serão apresentadas, nos termos do Artigo 70.1 do Estatuto Social.
- IV. Deliberar sobre a eleição dos membros do Conselho de Administração para o ano de 2023.

Instruções Gerais:

A Assembleia Geral Ordinária será no idioma português.

As demonstrações contábeis do exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 e o relatório dos auditores independentes estão disponíveis no endereço eletrônico da Companhia na internet ri.pplaparticipations.com.

Os investidores titulares de Units e BDRs em circulação no mercado de emissão da Companhia poderão participar diretamente da Assembleia Geral, desde que munidos dos documentos hábeis de identidade, que deverá incluir (conforme aplicável): (i) Instrumento de mandato outorgando poderes especiais, com as firmas devidamente reconhecidas; (ii) Cópia autenticada da documentação societária comprobatória dos poderes de representação então outorgados, bem como documento de identificação com foto dos representantes legais, para as pessoas jurídicas; (iii) Cópia autenticada do último regulamento consolidado do fundo e do

estatuto ou contrato social de seu administrador, além da documentação societária outorgando poderes de representação, bem como documento de identificação com foto dos representantes legais, para os fundos de investimento; e (iv) Comprovante de titularidade das ações.

A Companhia solicita que os documentos que tenham sido originalmente emitidos em língua estrangeira sejam apresentados acompanhados da respectiva tradução para o português.

De modo a facilitar a participação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária, a Companhia dispensará o cumprimento de formalidades de reconhecimento de firmas, autenticação, apostilamento e tradução juramentada da referida documentação.

Os titulares de BDR's (Certificado de Depósito de Ações) registrados nos livros do Banco Bradesco S.A. ou nos registros da Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia – CBLC ao final do dia 21 de maio de 2023, terão o direito de instruir o agente depositário, Banco Bradesco S.A., até 28 de maio de 2023, na Cidade de Deus, s/n, Prédio Amarelo, 2º andar, Vila Yara, São Paulo, CEP: 06029-900 – Aos cuidados do Departamento de Ações e Custódia (*Custody and Registrar Department*), a exercer o direito de voto em relação a sua participação.

Rio de Janeiro, 05 de maio de 2023.

A Administração
PPLA PARTICIPATIONS LTD

3 Item 2 do Formulário de Referência.

2.1 Comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

Visão Geral

A PPLA Participations Ltd (“PPLA Participations” ou “Companhia”) foi constituída para realizar investimentos – atualmente residuais – em posição proprietária, incluindo ativos no Brasil e no exterior. A PPLA Participations é sócia administradora (*general partner*) da PPLA Investments LP (“PPLA Investments”), que é o veículo pelo qual os investimentos são realizados.

A PPLA Investments foi fundada no final de 2008 e funciona como o veículo de investimento para diversos *Principal Investments* (incluindo a maioria dos investimentos não brasileiros e alguns investimentos brasileiros). A PPLA Investments atua como um veículo para parte dos *Principal Investments* da estrutura da PPLA Participations e suas subsidiárias, não tendo quaisquer atividades operacionais ou empregados.

A principal atividade desenvolvida pela PPLA Investments é a atuação na área de *Principal Investments*, que envolve atividades de investimento de capital em uma ampla gama de instrumentos financeiros, incluindo investimentos em *Merchant Banking* e investimentos imobiliários principalmente no Brasil e investimentos em uma variedade de instrumentos financeiros no mercado global, sendo estes investimentos gerenciados principalmente pela área de negócio de Asset Management do Grupo BTG Pactual.

Desde novembro de 2015, em resposta às condições comerciais e financeiras desafiadoras, a PPLA Participations alterou seu foco estratégico principal da atividade de gestão e de procura por novas oportunidades de investimento para a administração, otimização e extração de maior valor do Portfolio de Entidades de Investimentos já existente. Paralelamente, a PPLA Participations cessou a maioria de seus investimentos nos mercados globais. O Portfolio de Entidades de Investimento da PPLA Participations consiste em investimentos detidos diretamente ou por meio de veículos de investimento (incluindo fundos que também abarcam diversos investidores), em um grupo diversificado de empresas de portfólio localizadas principalmente no Brasil, bem como investimentos financeiros nos mercados globais. Os investimentos da PPLA Participations são geralmente realizados por meio de transações negociadas de forma privada com a finalidade de desinvestimento no prazo de quatro a dez anos.

Em tal contexto, a Companhia, por si e em sua qualidade de General Partner da PPLA Investments, tem adotado medidas para adequar e fazer frente à sua situação econômico-financeira e da PPLA Investments, e a recorrente necessidade de capital e de liquidez da PPLA Investments.

Estão apresentadas na tabela a seguir as demonstrações dos resultados da PPLA Participations relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 elaboradas de acordo com o IFRS:

	Em milhares de reais
	31/12/2022
Ganhos com portfólio de investimento, mensurado ao valor justo	5
Despesas administrativas	(3.221)

Outras receitas operacionais	3.218
Resultado operacional	<u>2</u>
Lucro líquido do exercício	<u>2</u>
Prejuízo por ação (básico e diluído em R\$)	0,0007

2022

A PPLA Participations apresentou um lucro de R\$ 2 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. As demonstrações contábeis e os resultados da PPLA Participations são reflexos da sua participação no capital da PPLA Investments, que, em 31 de dezembro de 2022, era de 0,003%. A PPLA Investments, por sua vez, apresentou um resultado operacional positivo, relacionado a ganhos nas estratégias de mercados globais.

b) Estrutura de capital

A PPLA Participations mantém seu capital social em nível e composição que considera suficientes para conduzir as suas operações de acordo com padrões adequados de capitalização. O seu capital é preponderantemente administrado por meio de emissões de capital. Adicionalmente, a PPLA Participations administra as suas exigências de capital estabelecendo limites às suas áreas de negócio com relação ao capital empregado em suas operações. As definições de capital utilizadas seguem, em geral, os princípios e diretrizes estabelecidos em seus comitês e reuniões.

A PPLA Participations busca alocar o seu capital e estabelece limites às suas operações, de acordo com critérios de enquadramento de capital, balanço patrimonial e monitoramento e administração de riscos. Conforme exposto acima, a Companhia, por si e em sua qualidade de General Partner da PPLA Investments, tem adotado e analisado a adoção de medidas para adequar e fazer frente à sua situação econômico-financeira e da PPLA Investments, e a recorrente necessidade de capital e de liquidez da PPLA Investments.

A PPLA Participations acredita que seu capital é suficiente para suas necessidades presentes, observadas as medidas adotadas para adequação de sua situação econômico-financeira, inclusive da PPLA Investments.

Em 31 de dezembro de 2022 o patrimônio líquido da PPLA Participations era R\$7 mil.

Em 31 de dezembro de 2022, o capital da PPLA Participations era composto conforme quadros abaixo:

	<u>31/12/2022</u>				
	<u>Autorizadas</u>	<u>Emitidas</u>	<u>Valor Nominal</u>	<u>Direito a voto</u>	<u>Voto por ação</u>
Classe A (i)	5.000.000.000	938.222	-	Sim	1
Classe B (i)	10.000.000.000	1.876.444	-	Não	-
Classe C	1	1	1	Sim	(*)
Classe D	1.000.000.000	-	0,0000000001	Sim	1
Total	<u>16.000.000.001</u>	<u>2.814.667</u>			

(*) O detentor da Classe C detém o poder de voto equivalente a dez vezes a quantidade agregada das ações Classe A, B e D, emitidas e subscritas, em qualquer momento.

(i) Apenas os detentores das ações classe A e B possuem direitos econômicos.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A liquidez é essencial aos negócios da PPLA. A gestão de liquidez é determinada por políticas e procedimentos estabelecidos pela PPLA Participations, que objetivam que a PPLA Participations sempre tenha acesso ao caixa necessário para satisfazer as suas obrigações em situações normais de e severos estresses de mercado.

A PPLA Participations busca adotar uma gestão de liquidez, capaz de fornecer uma constante e adequada posição de capital. Tal posição é apurada de forma a ser suficiente para manter as suas operações por determinado período de tempo, em um cenário em que a PPLA Participations não consiga obter novos financiamentos no período.

Além disso, a PPLA Participations mantém um plano de contingência para administrar sua liquidez sob condições adversamente severas de mercado, baseado na imposição de restrições a suas atividades de financiamento e redução de sua exposição, além da venda de instrumentos líquidos.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Considerando que as demonstrações contábeis e os resultados da PPLA Participations são reflexos da sua participação no capital da PPLA Investments, que, em 31 de dezembro de 2022, era de 0,003%.

		31/12/2022
	Indexador	Montante Amortizado
Empréstimos obtidos no exterior	117.3%	430.102
Total		430.102

Os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva e levando em consideração qualquer desconto ou prêmio na emissão e custos relevantes que passem a constituir parte integrante da taxa de juros efetiva. A variação cambial vinculada aos passivos financeiros denominados em moeda estrangeiras está apresentada em “Outras receitas / (despesas)”.

Determinados empréstimos obtidos no exterior foram realizados com suas subsidiárias e com entidades controladas pelos mesmos controladores indiretos da Companhia, incluindo empréstimos realizados e sem saldo devedor em 31 de dezembro de 2022 com a BTG MB Investments L.P., entidade com os mesmo controladores indiretos da Companhia, que, uma vez preenchidas determinadas condições, foi realizada a capitalização total de créditos decorrentes de tais empréstimos pela BTG MB Investments L.P. em um montante correspondente de ações (*partnership interests*) da PPLA Investments, na qualidade de devedora de tais empréstimos.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.

Considerando que as demonstrações contábeis e os resultados da PPLA Participations são reflexos da sua participação no capital da PPLA Investments, que, em 31 de dezembro de 2022, era de 0,003%, cumpre ressaltar que a PPLA Investments, financia as suas atividades por meio

de acesso a fontes no Brasil e no exterior, emissão de instrumentos de dívida e depósitos em diferentes mercados. Podemos destacar, principalmente, os contratos de empréstimo firmados entre a BTG MB Investments L.P., entidade com os mesmos controladores indiretos da Companhia, e a própria Companhia, entre os anos de 2019 e 2022, sendo que tais empréstimos foram convertidos em ações, conforme amplamente divulgado ao mercado.

Conforme exposto acima, a Companhia, por si e em sua qualidade de General Partner da PPLA Investments, tem adotado e analisado a adoção de medidas para adequar e fazer frente à sua situação econômico-financeira e da PPLA Investments, e a recorrente necessidade de capital e de liquidez da PPLA Investments.

Adicionalmente, observado o exposto acima, a PPLA Investments busca adotar um plano de contingência para administrar sua liquidez sob condições adversamente severas de mercado, baseado na imposição de restrições a suas atividades de financiamento e redução de sua exposição.

f) Níveis de endividamento e características das dívidas

I. Contratos de empréstimos e financiamentos relevantes

Em relação à PPLA Participations, durante o exercício findo em 2022 a PPLA Investments não firmou contratos de empréstimos e financiamentos relevantes, observados aqueles indicados no item 2.1.d. acima.

II. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Em relação à PPLA Participations, durante o exercício findo em 2022 a PPLA Investments não firmou contratos de empréstimos e financiamentos relevantes, não possuindo relações de longo prazo com instituições financeiras.

Considerando que as demonstrações contábeis e os resultados da PPLA Participations são reflexos da sua participação no capital da PPLA Investments, que, em 31 de dezembro de 2022, era de 0,003%, cumpre ressaltar que a PPLA Investments possui relações com instituições financeiras no Brasil e no exterior, sendo o mais relevante, ainda em aberto, com o Banco Bradesco S.A.

III. Grau de subordinação entre as dívidas

As dívidas referentes a emissões e captações não subordinadas possuem preferência no pagamento em relação às dívidas subordinadas.

IV. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo estas restrições.

Não há restrições impostas a PPLA Participations em suas dívidas em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à alienação de ativos e à emissão de novos valores mobiliários.

g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Em 31 de dezembro de 2022, não há limites à utilização dos financiamentos já contratados.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações contábeis

Práticas contábeis aplicáveis

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards - IFRS) emitidas pelo Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (International Accounting Standards Board - IASB).

Moeda funcional

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis de cada uma das empresas da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("moeda funcional").

A moeda funcional da Companhia passou a ser o real, a partir de 01 de abril de 2022, uma vez que a maioria das transações dos negócios, principalmente seus investimentos, são nessa moeda.

A mudança não acarreta efeitos relevantes nas demonstrações contábeis, em nenhum período, haja vista que a Companhia já apresentava suas demonstrações na moeda real.

2.2. Comentários dos Administradores sobre:

a) *Resultados das operações do emissor, em especial:*

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita:

- **Demonstrações dos Resultados da PPLA Participations Ltd.**

A tabela a seguir contém as demonstrações dos resultados consolidados da PPLA Participations relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, elaboradas de acordo com o IFRS:

	Em milhares de reais
	31/12/2022
Ganhos com portfólio de investimento, mensurado ao valor justo	5
Despesas administrativas	(3.221)
Outras receitas operacionais	3.218
Resultado operacional	2
Lucro líquido do exercício	2
Prejuízo por ação (básico e diluído em R\$)	0,0007

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

- **Perda com portfólio de investimento mensurado ao valor justo**

Segue abaixo a composição da rubrica nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022:

	31/12/2022
Portfólio de entidade de investimento	5
Total	5

- **Outras receitas**

	31/12/2022
Reembolso de investidas	3.218
Total	3.218

- **Despesas administrativas**

	31/12/2022
Despesas do sistema financeiro	(3.221)
Total	(3.221)

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia.

2022

A PPLA Participations apresentou um lucro de R\$ 2 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. As demonstrações contábeis e os resultados da PPLA Participations são reflexos da sua participação no capital da PPLA Investments, que, em 31 de dezembro de 2022, era de 0,003 %. A PPLA Investments, por sua vez, apresentou um resultado operacional positivo, relacionado principalmente e ganhos nas estratégias de mercados globais.

2.3 Comentários dos Administradores sobre:

a) **mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2**

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis de cada uma das empresas da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("moeda funcional").

A moeda funcional da Companhia passou a ser o real, a partir de 1º de abril de 2022, uma vez que a maioria das transações dos negócios, principalmente seus investimentos, são nessa moeda.

A mudança não acarreta efeitos relevantes na posição patrimonial e financeira das demonstrações contábeis, haja visto que a Companhia já apresentava suas demonstrações na moeda de apresentação real (R\$).

a. **Pronunciamentos do IFRS revisados**

I. **Pronunciamentos Contábeis Emitidos Recentemente e Aplicáveis em Períodos Futuros**

Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para períodos após a data de emissão das demonstrações contábeis e não foram adotados antecipadamente:

- **IFRS 16 – Arrendamentos:** As mudanças, preveem a adição de requisitos sobre como uma entidade contabiliza uma venda de um ativo e arrenda esse mesmo ativo de volta (leaseback), após a data inicial da transação. Em resumo, o arrendatário não deve reconhecer nenhum resultado referente ao direito de uso retido por ele. As alterações entram em vigor em 1º de janeiro de 2024.
- **IFRS 17 – Contratos de Seguros:** O pronunciamento substitui a IFRS 4 – Contratos de Seguros. Apresenta três abordagens para avaliação dos contratos de seguros:
 - **Modelo Padrão:** aplicável a todos os contratos, principalmente aos contratos de longo prazo;
 - **Premium Allocation Approach (PAA):** aplicável aos contratos com duração de até 12 meses e com fluxos de caixa pouco complexos. É mais simplificada que o modelo padrão, porém pode ser utilizada somente quando produz resultados semelhantes ao que seriam obtidos se fosse utilizado o modelo padrão;
 - **Variable Fee Approach:** abordagem específica aos contratos com participação no resultado dos investimentos.
 - Os contratos de seguro devem ser reconhecidos por meio da análise de quatro componentes:

- Fluxos de Caixa Futuros Esperados: estimativa de todos os componentes do fluxo de caixa do contrato, considerando entradas e saídas de recursos;
- Ajuste ao Risco: estimativa da compensação requerida pelos desvios que podem ocorrer entre os fluxos de caixa;
- Margem Contratual: diferença entre quaisquer valores recebidos antes do início de cobertura do contrato e o valor presente dos fluxos de caixa estimados no início do contrato;
- Desconto: fluxos de caixa projetados devem ser descontados a valor presente, de modo a refletir o valor do dinheiro no tempo, por taxas que reflitam as características dos respectivos fluxos.

Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2023. Os possíveis impactos decorrentes da adoção desta norma estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

- Alteração da IFRS 4 – Contratos de Seguro – Aplicação conjunta da IFRS 9: A alteração permite às entidades emitentes de contratos de seguro mitigar possíveis impactos da adoção da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros antes da vigência da IFRS 17 – Contratos de Seguro, por meio de duas opções:
 - Isenção temporária: adoção da IFRS 9 em conjunto com a IFRS 17, ou seja, a partir de janeiro de 2021. Esta opção se aplica, apenas, às entidades com atividades relevantes de seguro (acima de 80% dos passivos totais) e que não tenham aplicado antecipadamente a IFRS 9;
 - Abordagem de Sobreposição: adoção da IFRS 9, contudo, para os ativos reclassificados para a categoria Valor Justo por meio do Resultado, transferir os efeitos da adoção da IFRS 9 do Resultado do período para Outros Resultados Abrangentes até a vigência da IFRS 17.
- Alterações na IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Contábeis – Requer que apenas as informações sobre políticas contábeis materiais sejam divulgadas, eliminando divulgações de informações que dupliquem ou sumariem os requerimentos das normas IFRS. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2023 e não trazem impactos financeiros. As análises referentes as mudanças em divulgação serão concluídas até a data de entrada em vigor da norma.
- Alterações da IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros – Inclui a definição de estimativas contábeis: valores monetários sujeitos às incertezas em sua mensuração. São exemplos de estimativas contábeis a perda de crédito esperada e o valor justo de um ativo ou passivo. Esta alteração é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2023 e as análises referentes as mudanças em divulgação serão concluídas até a data de entrada em vigor da norma.
- Alterações na IAS 12 – Impostos sobre a Renda – Esclarece que a isenção para contabilização de impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias geradas no reconhecimento inicial de ativos ou passivos não se aplicam às operações de arrendamentos. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de

janeiro de 2023. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

A Companhia não possui contratos de seguros na data-base de elaboração dessas demonstrações contábeis.

b) opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Não ocorreram opiniões modificadas ou ênfases no relatório do auditor.

2.4. Eventos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a) introdução ou alienação de segmento operacional

A PPLA Participations atua por meio da PPLA Investments e através de sua única área de negócio, *Principal Investments*.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022.

c) dos eventos ou operações não usuais

Não houve eventos ou operações não usuais com efeitos relevantes nas demonstrações contábeis.

2.5. Divulgação de medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

a) Valor das medições não contábeis; b) Conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas e c) Motivo pelo qual se entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da condição financeira e do resultado das operações da PPLA Participations

A PPLA Participations não divulgou, no decorrer do último exercício social, nem deseja divulgar neste Formulário de Referência medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda).

2.6 - Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

Não temos conhecimento de evento subsequente que afete as demonstrações financeiras.

2.7 - Política de destinação dos resultados

A Companhia não destinou resultados desde a sua constituição, pois não auferiu resultados atribuíveis aos seus acionistas desde a sua constituição.

	31 de dezembro de 2022
Regras sobre retenção de lucros	O estatuto social da PPLA Participations determina que o conselho de administração pode, antes de declarar qualquer dividendo, separar o excedente dos lucros da PPLA Participations em valor que considere apropriado, como uma reserva a ser usada para cobrir contingências,
Valores das Retenções de Lucros	Não houve separação do excedente dos lucros no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.
Valores das retenções de lucro	<u>Retenção de Lucro: 0</u> <u>Reserva Legal: 0</u>
Regras sobre distribuição de dividendos	<p>Os titulares de Ações Classe A da PPLA Participations e Ações Classe B da PPLA Participations vão dividir igualmente e proporcionalmente quaisquer dividendos que o conselho de administração do PPLA Participations poderá, de tempos em tempos, declarar. O titular da Ação Classe C da PPLA Participations e os titulares das Ações Classe D da PPLA Participations não terão direito a receber quaisquer dividendos.</p> <p>No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, não houve alteração nas regras sobre distribuição de dividendos, em relação a 2021.</p>
Periodicidade das distribuições de dividendo	<p>O estatuto social da PPLA Participations determina que, conforme permitido pelas leis de Bermudas, ela distribua todos os dividendos que recebe, por meio da PPLA Bermuda Holdco, da PPLA Investments aos seus acionistas.</p> <p>No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, não houve distribuições de dividendos.</p>

<p>Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou por regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais</p>	<p>A PPLA Participations é uma holding e não tem operações diretas. Consequentemente, ela irá depender da PPLA Investments para distribuições, por meio da PPLA Bermuda Holdco, para pagar quaisquer dividendos. Ademais, a PPLA Participations e a PPLA Bermuda Holdco estão sujeitas a restrições legais de Bermudas que podem afetar sua capacidade de pagar dividendos e fazer outros pagamentos.</p> <p>Nos termos do Limited Partnership Act 1883 de Bermudas, ou o LP Act de Bermudas, a PPLA Investments pode não pagar parcelas de seus rendimentos ou outra remuneração a um sócio passivo se, na data do efetivo pagamento, o sócio administrador tiver motivos razoáveis para acreditar que a PPLA Investments, após referido pagamento, será incapaz de cumprir com suas responsabilidades financeiras quando estas se tornarem exigíveis. Nos termos das leis de Bermudas, a PPLA Participations pode declarar ou pagar um dividendo fora das reservas distribuíveis apenas se tiver motivos razoáveis para acreditar que ela é, ou seria após o pagamento ser efetuado, capaz de pagar seus passivos quando se tornarem vencidos e se o valor realizável de seus ativos não for, dessa forma, inferior ao total de seus passivos.</p> <p>Não houve restrições à distribuição de dividendos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.</p>
<p>Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado</p>	<p>Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui uma política de destinação de resultados formalizada.</p>

2.8. Descrição dos itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor:

a) os ativos e passivos detidos pelo PPLA Participations, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial

Exceto pelas operações realizadas no curso normal de seus negócios referentes a compromissos futuros prestados indiretamente, a PPLA Participations não possui quaisquer operações não registradas em seu balanço patrimonial.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da PPLA Participations.

2.9. Comentar em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8:

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável tendo em vista que a Companhia não detém itens não evidenciados nas demonstrações financeiras, observado o disposto no item 2.8.a.

b. natureza e o propósito da operação

Não aplicável tendo em vista que a Companhia não detém itens não evidenciados nas demonstrações financeiras, observado o disposto no item 2.8.a.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável tendo em vista que a Companhia não detém itens não evidenciados nas demonstrações financeiras, observado o disposto no item 2.8.a.

2.10 Comentários aos principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a) Investimentos (inclusive descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos, fontes de financiamento dos investimentos e desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos)

Não aplicável. Desde novembro de 2015, em resposta às condições comerciais e financeiras desafiadoras, a PPLA Participations alterou seu foco estratégico principal da atividade de gestão e de procura por novas oportunidades de investimento para a administração, otimização e extração de maior valor do Portfolio de Entidades de Investimentos já existente. Paralelamente, a PPLA Participations cessou a maioria de seus investimentos nos mercados globais. O Portfolio de Entidades de Investimento da PPLA Participations consiste em investimentos detidos diretamente ou por meio de veículos de investimento (incluindo fundos que também abarcam diversos investidores), em um grupo diversificado de empresas de portfólio localizadas principalmente no Brasil, bem como investimentos financeiros nos mercados globais. Os investimentos da PPLA Participations são geralmente realizados por meio de transações negociadas de forma privada com a finalidade de desinvestimento no prazo de quatro a dez anos.

b) aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que podem influenciar materialmente a capacidade produtiva da PPLA Participations

Não aplicável, tendo o exposto no item “a” acima.

c) novos produtos e serviços

Não aplicável, tendo o exposto no item “a” acima.

d) oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

Não aplicável, tendo o exposto no item “a” acima.

2.11 Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção:

GRUPAMENTO DE AÇÕES DA COMPANHIA

A Companhia concluiu em 18 de março de 2020 o processo de grupamento de ações, em sede de Assembleia Geral Extraordinária da Companhia (“AGE”), na qual foi ratificado (i) o grupamento de ações Classe A e Classe B de emissão da Companhia, na razão de 30 (trinta) para 1 (um) (“Grupamento”), na forma aprovada em Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 18 de fevereiro de 2020; e (ii) a alteração do Estatuto Social da Companhia para refletir as deliberações adotadas na AGE.

A partir do pregão de 18 de março de 2020, as units da Companhia passaram a ser listadas e negociadas de acordo com a nova quantidade de ações, nos termos do Grupamento, na razão de 30 (trinta) ações para 1 (uma) ação, assim como os novos números de BDRs com lastro em ações de emissão da Companhia.

Em consequência do Grupamento, as atuais 28.146.673 units correspondem a 938.222 units (sem considerar o desmembramento de units PPLA11), sendo certo que no cenário de desmembramento de uma parcela de units PPLA11 as atuais 28.046.715 units PPLA11 correspondem a 932.474 units PPLA11, sendo a parcela residual composta de BDRs classe A e de BDRs Classe B.. A proporção dos valores mobiliários subjacentes necessários à formação de cada unit continuará a mesma, sendo 1 BDR classe A (representando 1 ação classe A) e 2 BDRs classe B (representando, cada, 1 ação classe B).

Quaisquer frações remanescentes de ações ou de units que serão agrupadas em números inteiros de ações e de units (“Sobras”) e vendidas em leilão na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), a ser realizado em data e hora a serem oportunamente divulgados, sendo que o valor líquido apurado será disponibilizado a cada respectivo titular dessas frações, proporcionalmente às frações de sua titularidade. A quantidade exata de Sobras será oportunamente comunicada ao mercado tão logo recebidos e consolidados os dados da B3 e do escriturador pela Companhia.

PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL DA LEADER

A União de Lojas Leader S.A., a Companhia Leader de Promoção de Vendas, a Leader.com.br. S.A. e a ULL Moda Ltda. ajuizaram, em 4 de março de 2020, pedido da recuperação judicial. A PPLA possui exposição de crédito ao grupo Leader. Adicionalmente, a Companhia não possui qualquer participação acionária no grupo Leader.

REALIZAÇÃO DE OPERAÇÃO ENTRE PARTES RELACIONADAS

Em 28 de fevereiro de 2020, 17 de março de 2020, 5 de maio de 2020 e 21 de junho de 2021 a PPLA Investments recebeu empréstimos da BTG MB Investments L.P. (“BTG MB”), entidade com controladores indiretos comuns à PPLA Investments, através de um *Loan Agreement*, no valor de US\$72 milhões, US\$29 milhões e US\$43 milhões, com prazo de vencimento em 1 (um) ano das respectivas datas dos empréstimos, taxa de juros LIBOR de 3 (três) meses e spread de 2,85% ao

ano, incluindo a possibilidade de, uma vez preenchidas determinadas condições, a capitalização total ou parcial de créditos decorrentes dos empréstimos pela MB em um montante correspondente de ações (*partnership interests*) da PPLA Investments, na qualidade de devedora do empréstimo.

4 Parecer dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas da

PPLA Participations Ltd.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da PPLA Participations Ltd. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da PPLA Participations Ltd. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota 1 às demonstrações contábeis, que descreve que a Companhia tem tido uma redução recorrente do patrimônio líquido ao longo dos últimos exercícios pelos motivos expostos na referida Nota. Os planos da administração para a reversão desse quadro, também descritos na Nota 1, depende do sucesso das iniciativas tomadas pela Administração, por meio da obtenção de empréstimos e capitalização, se necessário. Essa situação, dentre outras descritas na referida Nota, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa sobre sua continuidade operacional. Nossa opinião não está ressaltada em relação a esse assunto.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Além do assunto descrito na seção "Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional", determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Porque é um PAA

Mensuração do valor justo de instrumentos financeiros classificados como Nível III

Conforme divulgado nas Notas 1, 3(f) e 5, a Companhia possui investimento na controlada PPLA Investments LP., a qual, em 31 de dezembro de 2022, possuía portfólio de investimento em ações e quotas de empresas de capital fechado, classificadas como instrumentos financeiros nível III, que atuam em diferentes segmentos e geografias. Por essas ações e quotas de empresas de capital fechado não serem cotadas em mercado ativo, a mensuração do valor justo de instrumentos financeiros é uma área que inclui subjetividade, uma vez que depende de estimativas da Administração da Companhia de acordo com premissas e modelos de precificação internos, com base, principalmente, em fluxo de caixa descontado e/ou preços de negociações recentes.

Consideramos essa área como foco em nossa auditoria, uma vez que, o uso de diferentes técnicas de avaliação e premissas podem produzir estimativas de valor justo significativamente diferentes e, também, devido à relevância dos instrumentos financeiros classificados como nível III no contexto das demonstrações contábeis.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos principais procedimentos de auditoria consideraram, entre outros, o nosso entendimento dos principais processos que envolvem a mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros classificados como nível III.

Com o auxílio de nossos especialistas, realizamos reuniões com os responsáveis da Administração pela elaboração e aprovação dos cálculos de mensuração dos valores justos dessas ações e quotas de empresas de capital fechado com o objetivo de estabelecer, com base em nossa experiência e julgamento, se os trabalhos de mensuração efetuados pela Companhia estavam consistentes com técnicas de valorização usualmente utilizadas no mercado.

Ainda, testamos a metodologia de valorização desses instrumentos financeiros e as premissas adotadas pela Administração mediante: (i) entendimento da metodologia utilizada na avaliação; (ii) comparação das premissas observáveis no mercado, quando aplicável; (iii) re-execução independente, em base de testes, dos cálculos de valorização; (iv) confronto com as informações e valor justo apurados pela Companhia e (v) comparação das planilhas utilizadas para a avaliação das ações e quotas com os registros contábeis e com as divulgações efetuadas nas notas explicativas às demonstrações contábeis.

Consideramos que os critérios adotados pela administração na mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros estão consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis da Companhia. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria considerando essas investidas e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 14 de março de 2023.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Edison Arisa Pereira
Contador CRC 1SP127241/O-0

5 Destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31.12.2022, distribuição de dividendos e pagamento de juros sobre capital próprio – Anexo A da Instrução CVM n. 81/2022.

DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO

1. *Informar o lucro líquido do exercício*

O lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 2.000,00.

2. *Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados*

A PPLA Participations não pagou dividendos ou juros sobre capital próprio para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

3. *Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído*

Não houve distribuição do lucro líquido para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

4. *Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores.*

Não houve, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, declaração de dividendos com base em lucro de exercícios anteriores.

5. *Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:*

a. *O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe*

Não aplicável.

b. *A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio*

Não aplicável.

c. *Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio*

Não aplicável.

d. *Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento*

Não aplicável.

6. *Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores*

a. *Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados*

Não aplicável.

b. *Informar a data dos respectivos pagamentos*

Não aplicável.

7. *Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:*

a. *Lucro líquido/(prejuízo) do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores*

Ano	Valor R\$ (milhares)
2022	2
2021	5
2020	(25)

Dividendo e juros sobre capital próprio distribuído nos 03 (três) exercícios anteriores

Dividendos				
	Classe A	Classe B	Classe C	Classe D
2022	-	-	-	-
2021	-	-	-	-
2020	-	-	-	-

Juros sobre capital próprio				
	Classe A	Classe B	Classe C	Classe D
2022	-	-	-	-
2021	-	-	-	-
2020	-	-	-	-

8. *Havendo destinação de lucros à reserva legal*

a. *Identificar o montante destinado à reserva legal*

Não há destinação do lucro à reserva legal.

b. *Detalhar a forma de cálculo da reserva legal*

Não aplicável.

9. *Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos*

a. *Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos*

A PPLA Participations não possui ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos.

b. *Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos*

A PPLA Participations não possui ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos.

c. *Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa*

A PPLA Participations não possui ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos.

d. *Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais*

A PPLA Participations não possui ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos.

e. *Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe*

A PPLA Participations não possui ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos.

10. *Em relação ao dividendo obrigatório*

a. *Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto*

Nos termos de seu Estatuto Social, a PPLA Participations poderá, periodicamente e de acordo com a Lei, declarar dividendos a serem pagos aos Sócios, na proporção da quantidade de ações detidas por eles em qualquer outro período.

b. *Informar se ele está sendo pago integralmente*

A PPLA Participations não pagou dividendos ou juros sobre capital próprio para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

c. *Informar o montante eventualmente retido*

A PPLA Participations não possui dividendo obrigatório retido.

11. *Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia*

a. *Informar o montante da retenção*

A PPLA Participations não possui dividendo obrigatório retido.

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

A PPLA Participations não possui dividendo obrigatório retido.

c. Justificar a retenção dos dividendos

A PPLA Participations não possui dividendo obrigatório retido.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

a. Identificar o montante destinado à reserva

Não há proposta de destinação do lucro líquido para constituição de reserva de contingências.

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa

Não há proposta de destinação do lucro líquido para constituição de reserva de contingências.

c. Explicar porque a perda foi considerada provável

Não há proposta de destinação do lucro líquido para constituição de reserva de contingências.

d. Justificar a constituição da reserva

Não há proposta de destinação do lucro líquido para constituição de reserva de contingências.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

Não há destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.

b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Não há destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

Não há destinação de resultado para reservas estatutárias.

b. Identificar o montante destinado à reserva

Não há destinação de resultado para reservas estatutárias.

c. *Descrever como o montante foi calculado*

Não há destinação de resultado para reservas estatutárias.

15. *Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital*

a. *Identificar o montante da retenção*

Não há retenção de lucro prevista em orçamento de capital.

b. *Fornecer cópia do orçamento de capital*

Não há retenção de lucro prevista em orçamento de capital.

16. *Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais*

a. *Informar o montante destinado à reserva*

Não há destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais.

b. *Explicar a natureza da destinação*

Não há destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais.

6 Nomeação da empresa de auditoria independente

Propõe o acionista majoritário que a firma de auditoria independente PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, seja nomeada como auditor independente da Companhia até a conclusão da próxima Assembleia Geral Ordinária (*Annual General Meeting*).

7 Eleição de Membros do Conselho de Administração – Itens 7.3 A 7.6 do Formulário de Referência

7.3 e 7.4 - Composição e experiência profissional do Conselho de Administração

Nome	Data de Nascimento	Profissão	CPF	Cargo eletivo a ocupar	Data da Assembleia que irá deliberar a eleição do indicado	Data da Posse	Prazo do mandato	Outros cargos e funções exercidas o emissor	Indicado pelo controlador	Se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência:	Números de mandatos consecutivos
John Huw Gwili Jenkins	20/02/1958	Bancário	234.539.518-40	Membro efetivo	03/06/2022	-	1 ano ou até a Assembleia Geral Ordinária de 2024	N.A.	Sim	Não	11
Roberto Balls Sallouti	26/02/1972	Economista	135.962.478-37	Membro efetivo	03/06/2022	-	1 ano ou até a Assembleia Geral Ordinária de 2024	N.A.	Sim	Não	11
Mark Clifford Maletz	22/01/1959	Professor	000.000.000-00	Membro efetivo	03/06/2022	-	1 ano ou até a Assembleia Geral Ordinária de 2024	N.A.	Sim	Sim*	7
Nelson Azevedo Jobim	12/04/1946	Advogado	059.071.670-34	Membro efetivo	03/06/2022	-	1 ano ou até a Assembleia Geral Ordinária de 2024	N.A.	Sim	Não	6
Guillermo Ortiz Martínez	21/07/1948	Economista	000.000.000-00	Membro efetivo	03/06/2022	-	1 ano ou até a Assembleia Geral Ordinária de 2024	N.A.	Sim	Não	6
Eduardo Henrique de Mello Motta Loyola	15/10/1966	Economista	899.745.067-00	Membro Efetivo	03/06/2022	-	1 ano ou até a Assembleia Geral Ordinária de 2024	N.A.	Sim	Não	4

* “Conselheiro Independente” caracteriza-se por: (i) não ter qualquer vínculo com a Companhia, exceto participação de capital; (ii) não ser Acionista Controlador, cônjuge ou parente até segundo grau daquele, ou não ser ou não ter sido, nos últimos 3 (três) anos, vinculado a sociedade ou entidade relacionada ao Acionista Controlador (pessoas vinculadas a instituições públicas de ensino e/ou pesquisa estão excluídas desta restrição); (iii) não ter sido, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor da Companhia, do Acionista Controlador ou de sociedade controlada pela Companhia; (iv) não ser fornecedor ou comprador, direto ou indireto, de serviços e/ou produtos da Companhia, em magnitude que implique perda de independência; (v) não ser funcionário ou administrador de sociedade ou entidade que esteja oferecendo ou demandando serviços e/ou produtos à Companhia, em magnitude que implique perda de independência; (vi) não ser cônjuge ou parente até segundo grau de algum administrador da Companhia; e (vii) não receber outra remuneração da Companhia além daquela relativa ao cargo de conselheiro (proventos em dinheiro oriundos de participação no capital estão excluídos desta restrição).

Experiência profissional/ Declaração de eventuais condenações:

John Huw Gwili Jenkins - 234.539.518-40

i. Currículo:

John Huw Gwili Jenkins é partner do Grupo BTG Pactual, com base no escritório de Londres. Executivo do UBS Investment Bank de 1996 a 2007, ocupou diversas posições na instituição, onde foi Presidente de janeiro de 2006 a setembro de 2007 e CEO de julho de 2005 a setembro de 2007. Anteriormente Jenkins foi de Chefe Global de Equities, e Chefe de Equities para Américas, Chefe Ajunto de Equities para EUA, Chefe de Equities para Ásia e Pacífico e Chefe de Equities para Ásia. Antes de ingressar no UBS trabalhou no BZW de 1986 a 1996 e no Hill Samuel em 1986. Grande parte de sua carreira se desenvolveu na Ásia e nos Estados Unidos.

Jenkins é graduado pela Liverpool University com MBA pela London Business School. // O Sr. John Huw Gwili Jenkins declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor:

Banco BTG Pactual S.A (Vice-Presidente do Conselho de Administração); BTG Pactual Europe LLP (Director); Engelhart CTP Group (UK) Ltd. (Director); Engelhart CTP Group S.A. (Director); PPLA Participations Ltd (Director), Lutece Holdings Ltd.

iii. Percentual de participação nas reuniões realizadas pelo Conselho de Administração no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo:

100%.

iv. Percentual de participação nas reuniões realizadas pelo Comitê no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo:

Não aplicável.

Roberto Balls Sallouti - 135.962.478-37

i. Currículo:

Roberto Balls Sallouti é CEO e membro do Conselho de Administração do BTG Pactual. Ingressou no Banco em 1994 e tornou-se sócio em 1998. Ao longo da sua carreira, foi responsável pelas áreas de renda fixa local e internacional, antes de tornar-se COO (Chief Operating Officer) em 2008. Em 2015, passou a ser CEO do Banco. É membro dos Conselhos da Febraban, do Mercado Livre, do Banco Pan e bacharel em Economia, com especialização em Finanças e Marketing pela University of Pennsylvania, Wharton School.// O Sr. Roberto Balls Sallouti declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor:

Banco BTG Pactual S.A (Diretor Presidente e Conselheiro); Banco Pan S.A (Conselheiro); BTG Pactual Casa de Bolsa S.A de C.V (Director); BTG Pactual Gestora de Fondos S.A. de C.V. S.O.F.I (Director); BTG Pactual Global Asset Management Ltd. (Director); BTG Pactual MB GP Management Ltd (Director); BTG Pactual Proprietary Feeder (1) Ltd. (Director); BTG Pactual Reinsurance GP Ltd (Director); PPLA Participations Ltd. (Director); BTG Pactual G7 Holding S.A (Diretor); BTG Pactual Holding de Seguros Ltda. (Administrador); BTG Pactual Holding Financeira Ltda. (Administrador); BTG Pactual Holding S.A (Diretor); Partners Alpha Participações Ltda. (Administrador);

iii. Percentual de participação nas reuniões realizadas pelo Conselho de Administração no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo:

100%.

iv. Percentual de participação nas reuniões realizadas pelo Comitê no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo:

Não aplicável.

Mark Clifford Maletz - 000.000.000-00

i. Currículo:

Mark C. Maletz é membro do conselho de administração da nossa instituição. É membro sênior da Harvard Business School, sendo internacionalmente reconhecido nas áreas de estratégia, desenvolvimento de liderança e transformação organizacional. Antes de se tornar parceiro da Harvard Business School, foi sócio da McKinsey and Company, atuando na área de prática organizacional da Companhia. Foi professor no Babson College, em Massachusetts. É um dos fundadores do Centro de Pesquisa em Desempenho Corporativo, é Chairman Emeritus do Eastwest Institute e membro do conselho de administração do Global Capacity. O Sr. Maletz é formado na Faculdade de Dartmouth, além de possuir um Mestrado em Ciências Cognitivas, um Mestrado em Computação e Engenharia de Informação e Controle, e um PhD em Computação e Ciências da Comunicação pelo Instituto Industrial de Tecnologia da Universidade de Michigan.// O Sr. Mark Clifford Maletz declara para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor:

Membro do Conselho de Administração do Banco BTG Pactual S.A., Membro do Conselho de Administração da PPLA Participations Ltd.; membro do Conselho de Administração do Global Capacity e Presidente Emérito do East West Institute.

iii. Percentual de participação nas reuniões realizadas pelo Conselho de Administração no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo:

100%.

iv. Percentual de participação nas reuniões realizadas pelo Comitê no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo:

Não aplicável.

Observação: Cumpre observar que nenhum dos membros do conselho de administração ora eleitos se enquadram no conceito de pessoa politicamente exposta, nos termos da legislação brasileira.

Nelson Azevedo Jobim – 059.071.670-34

i. Currículo:

Nelson Azevedo Jobim graduou-se em 1968 como Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Ocupou os cargos de membro e Presidente do Supremo Tribunal Federal de 1997 a 2006, Ministro da Justiça, Ministro da Defesa, Presidente do Conselho Nacional de Justiça e de Ministro e Presidente do Tribunal Superior Eleitoral. O Sr. Jobim atuou como advogado de 1969 a 1994; de 2006 a 2007; e de 2011 até 2016.// O Sr. Nelson Azevedo Jobim declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. // O Sr. Nelson Azevedo Jobim declara para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor:

Sócio e Administrador do Escritório Nelson A. Jobim Advogados; membro do Conselho de Administração do Banco BTG Pactual S.A.; membro do Conselho de Administração da PPLA Participations Ltd.; Membro do Conselho Superior Estratégico da FIESP; - apenas conselho consultivo que não tem interferência na gestão da empresa.

iii. Percentual de participação nas reuniões realizadas pelo Conselho de Administração no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo:

100%

iv. Percentual de participação nas reuniões realizadas pelo Comitê no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo:

Não aplicável.

Eduardo Henrique de Mello Motta Loyo - 899.745.067-00

i. Currículo:

Eduardo Henrique de Mello Motta Loyo atua como membro do Conselho de Administração da PPLA Participations desde 2018. O Sr. Loyo ocupou, de 2007 a 2018, a posição de Diretor Executivo do Banco BTG Pactual e de Economista-Chefe do Banco BTG Pactual para a América Latina. De 2005 até 2007, o Sr. Loyo atuou como (i) Diretor Executivo por Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Haiti, Panamá, República Dominicana, Suriname e Trinidad e Tobago, no Fundo Monetário Internacional (FMI); (ii) membro dos comitês de orçamento, de avaliação, de assuntos administrativos e de coordenação com a Organização Mundial do Comércio (OMC); e (iii) Presidente do Comitê de Avaliação (responsável por assuntos relativos ao Escritório Independente de Avaliação do FMI). O Sr. Eduardo Loyo foi professor de economia na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e atua como associado do Instituto de Estudos de Políticas Econômicas - Casa das Graças. O Sr. Eduardo Loyo é PhD em economia pela Princeton University e também ocupou posições de visiting faculty na Columbia University em 2003 e na INSEAD em 2002.// O Sr. Eduardo Henrique de Mello Motta Loyo declara para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor:

Membro do Conselho de Administração da PPLA Participations Ltd.

iii. Percentual de participação nas reuniões realizadas pelo Conselho de Administração no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo:

Não aplicável.

iv. Percentual de participação nas reuniões realizadas pelo Comitê no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo:

Não aplicável.

Guillermo Ortiz Martínez - 000.000.000-00

i. Currículo:

Guillermo Ortiz Martínez formou-se bacharel em economia na Universidad Nacional Autónoma de México e tem Mestrado e Doutorado em economia na Universidade de Stanford. Atualmente, ocupa o cargo de Presidente do Conselho da Weatherford International (uma grande empresa petrolífera e de equipamentos baseada em Genebra) e de diversas empresas mexicanas (incluindo Mexichem, ASUR, Grupo Comercial Chedraui e VITRO). Desempenhou importantes cargos, como Diretor Executivo no Fundo Monetário Internacional (FMI) entre 1984 e 1988, além de Presidente do Banco do México entre 1998 e 2009 // O Sr. Guillermo Ortiz Martínez declara para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor:

Presidente do Conselho de Administração do BTG Pactual México; Membro do Conselho de Administração da PPLA Participations Ltd.; Membro do Conselho de Consultoria do Centro de Estabilidade Financeira; Membro do Conselho do Fórum Financeiro Internacional da China; Membro do Conselho de Consultoria do Instituto SWIFT; Membro do Conselho de Consultoria Internacional do Zurich Insurance Group, Ltd.; Membro do Conselho de Consultoria da Bombardier Inc.; Diretor da Per Jacobsson Foundation; Membro do Conselho de Administração da Weatherford International Plc.; Membro do Conselho de Administração da Vitro, S.A.B. de C.V.; Membro do Conselho de Administração do Grupo Comercial Chedraui, S.A.B. de C.V.; Membro do Conselho de Administração da Asur (Grupo Aeroportuario del Sureste, S.A.B. de C.V.); Membro do Conselho de Administração da Mexichem S.A.B. de C.V.; Membro do Conselho Diretor do Instituto Nacional de Medicina Genômica (IMG); Membro do Conselho de Regulação Financeira Global (Global Financial Regulation); Membro do Conselho de Consultoria do Instituto de Globalização e Política Monetária do Federal Reserve Bank of Dallas; Membro do Conselho de Administração do Fórum de Economia Internacional das Américas/ Conferência de Montreal; Membro do Group of Thirty, grupo estabelecido em 1978 composto de representantes do setor público e privado que objetiva o estudo da economia pública e privada internacional.

iii. Percentual de participação nas reuniões realizadas pelo Conselho de Administração no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo:

100%

iv. Percentual de participação nas reuniões realizadas pelo Comitê no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo:

Não aplicável.

Observação: Cumpre observar que nenhum dos membros do conselho de administração ora eleitos se enquadram no conceito de pessoa politicamente exposta, nos termos da legislação brasileira.

7.5 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Não existem relações conjugais, união estável ou parentesco até o segundo grau entre os administradores da PPLA Participations listados no item 7.6, entre os administradores do PPLA Participations e administradores de controladas diretas ou indiretas do PPLA Participations , entre os administradores do PPLA Participations ou de suas controladas diretas ou indiretas e controladores diretos ou indiretos do PPLA Participations e entre os administradores do PPLA Participations e administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do PPLA Participations.

7.6 - Com relação aos membros do Conselho de Administração do emissor, seguem as relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre eles e:

a) Sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor

Não há.

b) Controlador direto ou indireto do emissor

O Sr. Roberto Balls Sallouti, membro do Conselho de Administração, é acionista da sociedade PPLA GP Management Ltd., controladora indireta da PPLA Participations.

c) Caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas e alguma dessas pessoas

Não há.